



Interligação Elétrica Sul S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	
1. Contexto operacional.....	9
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	10
3. Principais práticas contábeis.....	11
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador	16
5. Caixa e equivalentes de caixa	16
6. Aplicações financeiras.....	17
7. Caixa restrito	17
8. Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias.....	17
9. Tributos e contribuições a compensar	18
10. Imobilizado.....	19
11. Intangível.....	23
12. Empréstimos e financiamento	25
13. Tributos e encargos sociais a recolher	25
14. Encargos regulatórios a recolher	25
15. Provisões	26
16. Patrimônio líquido.....	26
17. Receita operacional bruta	27
18. Resultado financeiro.....	29
19. Imposto de renda e contribuição social	29
20. Transações com partes relacionadas.....	30
21. Instrumentos financeiros	31
22. Seguros.....	33
23. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário	33
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	40

Interligação Elétrica Sul S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.460	13.639
Aplicações financeiras	6	16.200	8.982
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	8	3.745	4.144
Estoques		267	267
Tributos e contribuições a compensar	9	200	170
Outros		297	339
		27.169	27.541
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa Restrito	7	-	908
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	8	68	72
Cauções e depósitos vinculados		5	6
		73	986
Imobilizado	10	210.231	182.424
Intangível	11	43.317	39.701
		253.548	222.125
Total do ativo		280.790	250.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Sul S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2022	2021
Passivo circulante			
Arrendamento		21	-
Fornecedores		636	102
Empréstimos e financiamentos	12	-	2.804
Tributos e encargos sociais a recolher	13	575	456
Encargos regulatórios a recolher	14	39	86
Partes relacionadas	20	1.547	92
Dividendos a pagar		156	-
Outros		2.252	2.384
		5.226	5.924
Não circulante			
Arrendamento		123	-
Fornecedores		417	417
Empréstimos e financiamentos	12	-	6.507
Encargos regulatórios a recolher	14	105	304
Provisões	15	9.429	10.929
PIS e COFINS diferidos		88	90
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (a)	334	63
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	10	24.008	-
		34.504	18.310
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	220.660	220.660
Reservas de lucros	16 (c)	11.195	5.758
Reserva de reavaliação	16 (d)	9.205	-
		241.060	226.418
Total do passivo e do patrimônio líquido		280.790	250.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Sul S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2022	2021
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	17	24.015	24.216
Outras receitas		265	5
		24.280	24.221
Tributos			
PIS		(161)	(163)
COFINS		(743)	(748)
ISS		(11)	-
		(915)	(911)
Encargos			
Reserva Global de Reversão – RGR		(642)	(557)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(92)	(226)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(222)	(22)
		(956)	(805)
Receita líquida		22.409	22.505
Custos e despesas			
Pessoal		(349)	(425)
Material		(267)	(7)
Serviços de terceiros		(8.449)	(6.487)
Depreciação e amortização		(7.709)	(7.530)
Seguros		(102)	(38)
Arrendamento e aluguéis		(591)	(163)
Provisão para demandas judiciais		(11)	(90)
Tributos		(29)	(23)
Outras despesas operacionais		(52)	-
Gastos diversos		(44)	(50)
		(17.603)	(14.813)
Resultado da atividade		4.806	7.692
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	2.467	993
Despesas financeiras	18	(303)	(881)
		2.164	112
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		6.970	7.804
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(1.679)	(1.021)
Diferido		31	(44)
Resultado líquido do exercício		5.322	6.739
Lucro por ação		0,02412	0,03054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Sul S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	5.322	6.739
Outros resultados abrangentes		
Reserva de reavaliação	<u>9.205</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>14.527</u>	<u>6.739</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		Reservas de lucro					
	Nota	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Reserva de reavaliação	Total
Em 31 de dezembro de 2020		220.660	-	(981)	-	-	219.679
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.739	-	6.739
Destinação do lucro							
Absorção das reservas de lucros		-	-	6.739	(6.739)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		220.660	-	5.758	-	-	226.418
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.322	-	5.322
Constituição da reserva de reavaliação		16 (d)	-	-	-	9.476	9.476
Realização da reserva de reavaliação		16 (d)	-	-	271	(271)	-
Destinação do lucro							
Reserva legal		16 (c)	-	55	(55)	-	-
Retenção de lucros		16 (c)	-	5.382	(5.382)	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(156)	-	(156)
Em 31 de dezembro de 2022		220.660	55	11.140	-	9.205	241.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.322	6.739
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	7.709	7.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(31)	44
PIS e COFINS diferidos	(2)	77
Provisão para demandas judiciais	11	(396)
Custo residual de ativo imobilizado baixado (notas 10 e 11)	4.625	3.974
Rendimento sobre aplicações financeiras	(2.450)	(301)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	203	
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	1.219	2.241
	16.606	19.908
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	908	1.053
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	403	(1.716)
Tributos e contribuições a compensar	(30)	97
Estoques	-	(227)
Cauções e depósitos vinculados	1	8
Outros	74	51
	1.356	(734)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	534	(446)
Tributos e encargos sociais a recolher	1.241	747
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.122)	(681)
Encargos regulatórios a recolher	(238)	(267)
Provisões	(4.082)	(4.977)
Partes relacionadas	1.455	
Outros	(132)	491
	(2.344)	(5.133)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	15.618	14.041
Atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(28.576)	(16.340)
Resgates de aplicações financeiras	23.808	10.690
Imobilizado (nota 10 (b))	(6.893)	(191)
Intangível (nota 11 (b))	(1.599)	(2.702)
Fluxo de caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento	(13.260)	(8.543)
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 12)	(9.286)	(2.871)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 12)	(228)	(681)
Pagamentos de arrendamentos	(23)	-
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(9.537)	(3.552)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(7.179)	1.946
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	13.639	11.693
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.460	13.639
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(7.179)	1.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Sul S.A. (“IESUL” ou “Companhia”), constituída em 23 de julho de 2008, é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), desde setembro de 2018, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em setembro de 2018, houve a aquisição da totalidade de participação acionária da Companhia pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, sendo 50% das ações pertencentes à Cymi Construções e Participações S.A (“Cymi”).

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
013/2008	30	15/10/2038	5 anos	2024	IPCA	7.237	06/22
016/2008	30	15/10/2038	5 anos	2024	IPCA	19.257	06/22

Contrato nº 013/2008

Subestação Scharlau, em 230/138kV com potência instalada de 450MVA e a Linha de Transmissão (LT) em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 23 Km, com origem na subestação Nova Santa Rita e término na Subestação Scharlau, com entrada em operação no dia 9 de dezembro de 2010.

Contrato nº 016/2008

Subestação Forquilha em 230/69Kv com potência instalada em 300MVA e as Linhas de Transmissão (LT) em 230 Kv, circuito simples, (i) com extensão aproximada de 100Km, com origem na nova subestação Joinville Norte e término na Subestação Curitiba e (ii) com extensão aproximada de 50 Km, com origem na subestação Jorge Lacerda B e término na Subestação Siderópolis, com entrada em operação em 12 de outubro de 2011, 18 de agosto de 2012 e 13 de agosto de 2015, respectivamente.

Todos os Contratos de Concessão preveem o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de elaboração das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 23 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido;
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 15).

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3 Principais práticas Contábeis Regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que a ONS apura/ reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2020.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 14).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), aplicações financeiras (nota 6) e caixa restrito (nota 7).

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 17), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.10 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso (nota 23.4).

(a) A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 15 (a).

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal (nota 16 (b)).

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.16 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019:

- **CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos		65	185
Equivalentes de caixa			
CDB (a)	102,6%	6.395	-
Compromissada (b)		<u>-</u>	<u>13.454</u>
		<u>6.460</u>	<u>13.639</u>

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

- (a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (b) Títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pela Companhia, com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e prazos pré-determinados, lastreados por títulos públicos registradas na B3. Em 2021 a rentabilidade média dos títulos foi de 102,2% do CDI.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 21 (c).

6 Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2022	2022	2021
	% do CDI		
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	107,4%	12.051	6.955
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		4.149	2.027
		16.200	8.982

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Caixa restrito

O saldo de caixa restrito refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de caixa restrito não apresentava saldo devido a liquidação do financiamento junto ao BNDES ocorrida em 10 de março de 2022 (nota 12).

8 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	Corrente vencida						
	Corrente a vencer	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	2022	2021
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	3.720	12	2	11	68	3.813	4.216
	3.720	12	2	11	68	3.813	4.216

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

9 Tributos e contribuições a compensar

	2022	2021
	<hr/>	<hr/>
Imposto de renda retido na fonte	191	161
Contribuição social retido na fonte	2	4
COFINS	6	4
PIS	1	1
	<hr/>	<hr/>
	200	170
	<hr/>	<hr/>

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

a) Ativo imobilizado em Serviço

	Custo em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Baixas Reavaliação	Custo em 2022	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação acumulada	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Transmissão														
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.590	-	-	-	(16)	-	4.574	-	(1.723)	2.851	3.019	-	-	-
Máquinas e equipamentos	236.246	-	(4.625)	22	11.098	(48)	242.693	(4.603)	(67.828)	174.865	175.852	-	-	-
Administração														
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	196	-	-	-	-	196	196	(56)	140	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	13	-	-	-	-	-	13	-	(3)	10	10	-	-	-
Móveis e utensílios	3	-	-	38	-	-	41	38	(3)	38	3	-	-	-
Subtotal	240.852	196	(4.625)	60	11.082	(48)	247.517	(4.369)	(69.613)	177.904	178.884	-	-	-

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo imobilizado em Curso

	Custo em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Baixas Reavaliação	Custo em 2022	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação acumulada	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Obrigações especiais brutas	Amorti- zação acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Transmissão														
Máquinas e equipamentos	1.013	22.768	-	(22)	-	-	23.759	22.746	-	23.759	1.013	(21.954)	-	(21.954)
Outros	2.492	6.004	-	-	-	-	8.496	6.004	-	8.496	2.492	-	-	-
Administração														
Máquinas e equipamentos	35	75	-	(38)	-	-	72	37	-	72	35	-	-	-
Subtotal	3.540	28.847	-	(60)	-	-	32.327	28.787	-	32.327	3.540	(21.954)	-	(21.954)
Total do ativo imobilizado	244.392	29.043	(4.625)	-	11.082	(48)	279.844	24.418	(69.613)	210.231	182.424	(21.954)	-	(21.954)

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de depreciação

		2022		2021	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,42%	4.574	(1.723)	2.851	3.019
Máquinas e equipamentos	3,61%	242.693	(67.828)	174.865	175.852
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.01%	196	(56)	140	-
Máquinas e equipamentos	6,25%	13	(3)	10	10
Móveis e utensílios	6,25%	41	(3)	38	3
		247.517	(69.613)	177.904	178.884
Em Curso					
Transmissão		32.255	-	32.255	3.505
Administração		72	-	72	35
		32.327	-	32.327	3.540
		279.844	(69.613)	210.231	182.424

d) Composição das adições do imobilizado em curso

	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	189	189
Máquinas e Equipamentos	9.799	13.044	22.843
A ratear	-	1.016	1.016
Desenvolvimento de projetos	-	134	134
Material em Depósito	4.549	-	4.549
Adiantamento a fornecedores	116	-	116
Total das adições	14.464	14.383	28.847

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

e) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

	Custo em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Custo em 2022	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação acum.	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Transmissão em Curso									
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	-	(24.008)	-	-	(24.008)	-	-	(24.008)	-
Subtotal	-	(24.008)	-	-	(24.008)	-	-	(24.008)	-
Total	-	(24.008)	-	-	(24.008)	-	-	(24.008)	-

f) Taxas anuais de depreciação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

			2022	2021	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Curso					
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido		(24.008)	-	(24.008)	-
		(24.008)	-	(24.008)	-
		(24.008)	-	(24.008)	-

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em serviço

	Custo em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2022	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Transmissão												
Servidões	26.793	-	-	-	26.793	-	-	26.793	26.793	-	-	-
Administração												
Softwares	190	-	-	-	190	-	(147)	43	80	-	-	-
Subtotal	26.983	-	-	-	26.983	-	(147)	26.836	26.873	-	-	-

b) Ativo intangível em curso

	Custo em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2022	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Obrigações especiais brutas	Amortização acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Transmissão												
Servidões	10.763	2.054	-	-	12.817	2.054	-	12.817	10.763	(2.054)	-	(2.054)
Depósitos judiciais	269	1.599	-	-	1.868	1.599	-	1.868	269	-	-	-
Administração												
Softwares	1.796	-	-	-	1.796	-	-	1.796	1.796	-	-	-
Subtotal	12.828	3.653	-	-	16.481	3.653	-	16.481	12.828	(2.054)	-	(2.054)
Total do ativo imobilizado	39.811	3.653	-	-	43.464	3.653	(147)	43.317	39.701	(2.054)	-	(2.054)

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de amortização

		2022		2021	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Bruto	Amortização acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Serviços		26.793	-	26.793	26.793
Administração					
Softwares	20,00%	190	(147)	43	80
		26.983	(147)	26.836	26.873
Em Curso					
Transmissão		14.685	-	14.685	11.032
Administração		1.796	-	1.796	1.796
		16.481	-	16.481	12.828
		43.464	(147)	43.317	39.701

d) Composição das adições do intangível em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Outros gastos	Total
Serviços	2.054	2.054
Depósitos Judiciais	1.599	1.599
Total das adições	3.653	3.653

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Empréstimos e financiamentos

Em 2022, o BNDES autorizou a liquidação antecipada integral da dívida decorrente do contrato de financiamento. A liquidação financeira ocorreu em 10 de março de 2022.

a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldos em 2020	12.188
Pagamentos de principal	(2.871)
Pagamentos de juros	(681)
Juros e variações monetárias e cambiais (nota 12)	675
Saldos em 2021	9.311
Pagamentos de principal	(9.286)
Pagamentos de juros	(228)
Juros e variações monetárias e cambiais (nota 12)	203
Saldos em 2022	-

13 Tributos e encargos sociais a recolher

	2022	2021
Imposto de renda	207	210
Contribuição social	137	103
COFINS	98	95
PIS	21	21
INSS	62	7
ISS	17	5
Imposto de renda retido na fonte	3	2
Outros	30	13
	575	456

14 Encargos regulatórios a recolher

	2022	2021
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	143	389
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	1	1
	144	390
Circulante	39	86
Não circulante	105	304

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

15 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui dezesseis ações judiciais, sendo quatorze de natureza cível-fundiário no valor de R\$9.327 e duas de natureza ambiental no valor de R\$102 com probabilidade de perda provável, totalizando R\$9.429 (R\$ 10.929 em 2021).

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui quinze ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, sendo oito de natureza cível-fundiário no valor de R\$4.768, uma de natureza trabalhista-terceirizado no valor de R\$233, uma de natureza tributária no valor de R\$14, duas de natureza cível no valor de R\$1 e três de natureza ambiental no valor de R\$504, totalizando R\$5.520 (R\$ 7.541 em 2021).

16 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC e as Normas Internacionais de Contabilidade, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 31 de março de 2023 e disponibilizadas em 04 de abril de 2023.

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2022 e 2021 é de 221.000.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2022 e 2021 totaliza R\$220.660 e está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido societário, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de lucros

	2022	2021
Reserva legal (i)	55	-
Reserva de retenção de lucros (ii)	11.140	5.758
	11.195	5.758

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(d) Reserva de reavaliação

O valor homologado por meio da REH ANEEL 2.844/2021 de abril 2021 e REH |ANEEL 2.897/2021 de dezembro de 2021 , totaliza R\$ 17.600 e o valor equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de janeiro de 2022 é de R\$ 15.837. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em fevereiro de 2022, conforme demonstrado abaixo:

(=)	Total do laudo homologado	17.600
(-)	Depreciação janeiro de 2021 a janeiro de 2022	(1.763)
(a)	Total	15.837
(b)	Saldo residual BRR em 28 de fevereiro de 2022	6.060
(a) - (b)	Total da reavaliação	9.777
(c)	IR/CS diferidos	(301)
(=)	PL Reserva de reavaliação	9.476

A movimentação da reserva de reavaliação no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Constituição	9.777
Depreciação	(581)
IR/CS diferidos	9
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.205

17 Receita operacional bruta

	2022	2021
Receita bruta		
Rede básica	23.744	23.969
Demais Instalações de Transmissão - DIT	271	247
Compartilhamento de infraestrutura	210	-
Aluguéis	55	5
	24.280	24.221

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17.1 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
013 e 016/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da Companhia estão descritas na nota 1.2.

(a) Resoluções Homologatórias nº 2.844 e 2.987

A Resolução Homologatória nº 2.844 publicada em 16 de abril de 2021 reposicionou a RAP de reforços e melhorias da Companhia, atendendo ao Recurso Administrativo apresentado junto a ANEEL referente a Revisão Tarifária Periódica ocorrida em 2019. Os ajustes foram aplicados a partir de julho de 2021, com efeitos retroativos.

A Resolução Homologatória nº 2.987, publicada em 08 de dezembro de 2021, acata os pedidos de correção de erros materiais constantes da Resolução Homologatória nº 2.844/21.

17.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

17.3 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 2.895, publicada em 13 de julho de 2021, foi substituída pela Resolução Homologatória nº 2.959/21, publicada em 05 de outubro de 2021 e estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2022, conforme demonstrado a seguir:

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

índice	RAP Ciclo 20/21	RAP Ciclo 22/23			RAP Ciclo 22/23	
	REH 2.959 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 3.067	PA
IPCA	6.851	804	-	-	7.655	(418)
IPCA	15.011	1.761	847	-	17.619	1.638

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2020/2021.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2022	Total 2021
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
013/2008	-	7.655	(418)	-	-	-	7.237	6.624
016/2008	3.873	13.435	1.639	-	311	(1)	19.257	15.425
	3.873	21.090	1.221	-	311	(1)	26.494	22.049

18 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.450	939
Juros ativos	2	1
Variações monetárias	1	3
Outras	14	50
	2.467	993
Despesas		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(202)	(677)
Variações monetárias	(18)	(8)
Outras	(83)	(196)
	(303)	(881)
	2.164	112

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totalizam R\$1.679 (R\$1.021 em 2021), que representam o valor efetivamente recolhido à Receita Federal no exercício de 2022.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$334 (R\$63 em 2021) no passivo, refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social de diferenças temporárias sobre as operações das demandas judiciais.

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2022	2021	2022	2021
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	156	-	-	-
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal	CTEEP	114	90	(410)	(468)
Prestação de serviços	CTEEP	1.433	2	(1.479)	(65)
		<u>1.703</u>	<u>92</u>	<u>(1.889)</u>	<u>(533)</u>

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a Controladora CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	6.460	13.639
Aplicações financeiras	2	16.200	8.982
Caixa restrito	2	-	908
<u>Empréstimos e recebíveis</u>			
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	3.745	4.144
Não Circulante	-	68	72
Cauções e depósitos vinculados	-	5	6
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	-	-	2.804
Não circulante	-	-	6.507
Arrendamento			
Circulante	-	21	-
Não circulante	-	123	-
Fornecedores	-	1.053	519
Partes relacionadas	-	1.547	92

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	-	2.804
Não circulante	-	6.507
Arrendamento		
Circulante	21	-
Não circulante	123	-
Dívida total	144	9.311
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	22.660	22.621
Dívida líquida	(22.516)	(13.310)
Patrimônio líquido	241.060	226.418
Índice de endividamento líquido	N/A	N/A

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 17.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (notas 12).
- (iv) **Risco de captação** – A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2022	2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	46	-	590	417	-	1.053	519
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	9.311
Arrendamento	2	5	14	112	11	144	
	48	5	604	529	11	1.197	9.830

22 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/06/21 a 01/06/24	47.585	85
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/22 a 19/12/23	60.000(*)	-
			85

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

23 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6.460	-	6.460	13.639	-	13.639
Aplicações financeiras	16.200	-	16.200	8.982	-	8.982
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	3.745	(3.745)	-	4.144	(4.144)	-
Ativo da concessão	-	22.690	22.690	-	21.790	21.790
Estoque	267	-	267	267	-	267
Tributos e contribuições a compensar	200	-	200	170	-	170
Outros	297	(285)	12	339	(1)	338
	27.169	18.660	45.829	27.541	17.645	45.186
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo						
Caixa restrito	-	-	-	908	-	908
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	68	(68)	-	72	(72)	-
Ativo da concessão	-	203.719	203.719	-	198.972	198.972
Estoques	-	2.275	2.275	-	707	707
Cauções e depósitos vinculados	5	-	5	6	-	6
	73	205.926	205.999	986	199.607	200.593
Imobilizado	210.231	(210.015)	216	182.424	(182.279)	145
Intangível	43.317	(43.275)	42	39.701	(39.621)	80
	253.548	(253.290)	258	222.125	(221.900)	225
Total do ativo	280.790	(28.704)	252.086	250.652	(4.648)	246.004

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo Circulante						
Fornecedores	636	-	636	102	-	102
Empréstimos, Financiamentos	-	-	-	2.804	-	2.804
Arrendamentos	21	-	21	-	18	18
Tributos e encargos sociais a recolher	575	-	575	456	-	456
Encargos regulatórios a recolher	39	-	39	86	-	86
Partes relacionadas	1.547	-	1.547	92	-	92
Dividendos a pagar	156	-	156	-	-	-
Outros	2.252	-	2.252	2.384	-	2.384
	5.226	-	5.226	5.924	18	5.942
Passivo Não circulante						
Fornecedores	417	-	417	417	-	417
Empréstimos, Financiamentos	-	-	-	6.507	-	6.507
Arrendamentos	123	-	123	-	126	126
Encargos regulatórios a recolher	105	-	105	304	-	304
Provisões	9.429	-	9.429	10.929	-	10.929
PIS COFINS diferidos	88	8.158	8.246	90	7.959	8.049
IR e CS diferidos	334	6.605	6.939	63	6.729	6.792
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	24.008	(24.008)	-	-	-	-
	34.504	(9.245)	25.259	18.310	14.814	33.124
Total do Passivo	39.730	(9.245)	30.485	24.234	14.832	39.066
Patrimônio líquido						
Capital social	220.660	-	220.660	220.660	-	220.660
Reservas de Lucros	11.195	(10.254)	941	5.758	(5.758)	-
Reserva de reavaliação	9.205	(9.205)	-	-	-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	(13.722)	(13.722)
Total do patrimônio líquido	241.060	(19.459)	221.601	226.418	(19.480)	206.938
Total do passivo e do patrimônio líquido	280.790	(28.704)	252.086	250.652	(4.648)	246.004

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Demonstrações dos Resultados	2022			2021		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	24.015	6.051	30.066	24.216	13.190	37.406
Outras Receitas	265	-	265	5	-	5
	24.280	6.051	30.331	24.221	13.190	37.411
Tributos						
PIS	(161)	(36)	(197)	(163)	(112)	(275)
COFINS	(743)	(164)	(907)	(748)	(520)	(1.268)
ISS	(11)	-	(11)	-	-	-
	(915)	(200)	(1.115)	(911)	(632)	(1.543)
Encargos						
Reserva Global de Reversão – RGR	(642)	-	(642)	(557)	-	(557)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(92)	-	(92)	(226)	-	(226)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(222)	-	(222)	(22)	-	(22)
	(956)	-	(956)	(805)	-	(805)
Receita Líquida	22.409	5.851	28.260	22.505	12.558	35.063
Custos e despesas						
Pessoal	(349)	349	-	(425)	425	-
Material	(267)	(931)	(1.198)	(7)	(36)	(43)
Serviços de terceiros	(8.449)	(1.688)	(10.137)	(6.487)	(1.570)	(8.057)
Depreciação e amortização	(7.709)	7.649	(60)	(7.530)	7.474	(56)
Seguros	(102)	-	(102)	(38)	38	-
Arrendamento e aluguéis	(591)	-	(591)	(163)	19	(144)
Provisão para demandas judiciais	(11)	(1.598)	(1.609)	(90)	2.074	1.984
Tributos	(29)	-	(29)	(23)	-	(23)
Outras (despesas) receitas operacionais	(52)	-	(52)	-	4.661	4.661
Gastos diversos	(44)	38	(6)	(50)	(28)	(78)
	(17.603)	3.819	(13.784)	(14.813)	13.057	(1.756)

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Resultado da Atividade	4.806	9.670	14.476	7.692	25.615	33.307
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	2.467	-	2.467	993	456	1.449
Despesas financeiras	(303)	4	(299)	(881)	(2)	(883)
	2.164	4	2.168	112	454	566
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	6.970	9.674	16.644	7.804	26.069	33.873
Despesas com Impostos	(1.648)	(177)	(1.825)	(1.065)	(620)	(1.685)
Resultado líquido do exercício	5.322	9.497	14.819	6.739	25.449	32.188

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita de O&M originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

23.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

Interligação Elétrica Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS refere-se às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual e registrado conforme regime competência apresentado no balanço societário. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

23.4 Arrendamentos

A partir do exercício 2022 a ANEEL adotou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso. Os impactos da adoção inicial e movimentações ocorridas estão demonstrados abaixo:

Imobilizado	2022
Saldo Inicial	-
Adoção pelo MCSE em 01.01.2022	142
Adições	20
Depreciações	(22)
Baixas	-
Total	140
Arrendamento	2022
Saldo Inicial	-
Adoção pelo MCSE em 01.01.2022	144
Adições	20
Pagamentos de principal e juros	(23)
Juros	3
Total	144

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Sul S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 31 de março de 2023.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

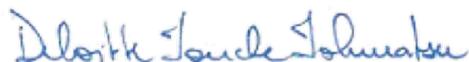
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5